

j) Autorizar a realização de obras urgentes e aquisição de bens e serviços inscritas no capítulo da tabela de despesa do OGT, relativo ao Gabinete dos Assuntos de Justiça de Macau, até ao montante de 50 000 patacas, sendo o valor indicado reduzido a metade quando seja dispensada a realização de concurso e/ou a celebração de contrato escrito;

k) Autorizar a restituição de documentos que não sejam pertinentes à garantia de compromisso ou execução de contratos com o Território;

l) Dar a autorização de crédito a que se refere o artigo 76.º do Regulamento Postal, aprovado pelo Decreto n.º 40/592, de 13 de Junho de 1956, ficando a liquidação da despesa respectiva sujeita a prévio ordenamento;

m) Autorizar o seguro automóvel;

n) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no Gabinete dos Assuntos de Justiça de Macau;

o) Assinar o expediente dirigido a Serviços da República, no âmbito das atribuições do GAJ.

Residência do Governo, em Macau, aos 27 de Janeiro de 1986. — A Secretária-Adjunta para a Administração, *Maria Adelina de Sá Carvalho*.

#### Despacho n.º 6/86/ADM

Vista a faculdade que me foi conferida pela Portaria n.º 22/86/M, de 25 de Janeiro, subdelego no director, substituto, da Direcção de Assuntos Chineses, Belmiro Ferreira Magalhães de Sousa, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Assinar os diplomas de provimento, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto;

b) Conferir posse e receber a prestação de compromisso de honra, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto;

c) Conceder licença registada, nos termos da legislação em vigor;

d) Autorizar a apresentação de funcionários e agentes e seus familiares à Junta de Saúde, em Macau ou no exterior, e homologar os respectivos pareceres, desde que não envolvam incapacidade permanente para o serviço público;

e) Assinar os diplomas de contagem e liquidação do tempo de serviço prestado pelo pessoal da DAC;

f) Autorizar a prestação de serviço em regime de horas extraordinárias, até ao limite previsto na lei;

g) Autorizar o abono do vencimento de exercício a que se refere o artigo 240.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor;

h) Autorizar a participação de funcionários e agentes em congressos, seminários, colóquios, jornadas e outras actividades semelhantes quando realizadas no Território;

i) Determinar deslocações de funcionários e agentes a Hong-Kong, das quais resulte o direito à percepção de ajudas de custo diárias até ao máximo de três dias, e bem assim fixar o respectivo quantitativo nos termos legais;

j) Autorizar a realização de obras urgentes e a aquisição de bens e serviços inscritas no capítulo da tabela de despesa do OGT, relativo à Direcção de Assuntos Chineses, até ao montante de 50 000 patacas, sendo o valor indicado reduzido a me-

tade quando seja dispensada a realização de concurso e/ou a celebração de contrato escrito;

k) Autorizar a restituição de documentos que não sejam pertinentes à garantia de compromisso ou execução de contratos com o Território;

l) Dar a autorização de crédito a que se refere o artigo 76.º do Regulamento Postal n.º 40/592, de 13 de Junho de 1956, ficando a liquidação da despesa respectiva sujeita a prévio ordenamento;

m) Autorizar o seguro automóvel;

n) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na Direcção de Assuntos Chineses;

o) Assinar o expediente dirigido a Serviços da República, no âmbito das atribuições da DAC.

Residência do Governo, em Macau, aos 27 de Janeiro de 1986. — A Secretária-Adjunta para a Administração, *Maria Adelina de Sá Carvalho*.

#### Despacho n.º 7/86/ADM

Vista a faculdade que me foi conferida pela Portaria n.º 22/86/M, de 25 de Janeiro, e atento o disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 105/84/M, de 8 de Setembro, subdelego nos conservadores das Conservatórias do Registo Predial e dos Registos Comercial e Automóvel, das 1.ª, 2.ª e 3.ª Conservatórias do Registo Civil, nos notários dos 1.º e 2.º Cartórios Notariais, bem como no conservador-notário da Conservatória do Registo Civil e Cartório Notarial das Ilhas, a competência para conferir posse e receber a prestação do compromisso de honra dos funcionários pertencentes aos quadros respectivos.

Residência do Governo, em Macau, aos 27 de Janeiro de 1986. — A Secretária-Adjunta para a Administração, *Maria Adelina de Sá Carvalho*.

#### Despacho n.º 4/86/OEFI

1. Vista a faculdade que me foi conferida pela Portaria n.º 22/86/M, de 25 de Janeiro, subdelego nos actuais director dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, director dos Serviços de Correios e Telecomunicações, director dos Serviços de Programação e Coordenação de Empreendimentos, director dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, director dos Serviços de Marinha, director dos Serviços de Cartografia e Cadastro, director do Gabinete Coordenador da Habitação e presidente do Conselho Administrativo das Oficinas Navais, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Assinar os diplomas de provimento, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto;

b) Conferir posse e receber a prestação do compromisso de honra, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto;

c) Conceder licença registada, nos termos da legislação em vigor;

d) Assinar os diplomas de contagem e liquidação do tempo de serviço prestado pelo respectivo pessoal;

e) Autorizar a prestação de serviço em regime de horas extraordinárias, nos termos e até ao limite legalmente permitidos;